

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - EXERCÍCIO DE 2013

Senhor Acionista,
A Diretoria da EMIP - Empresa Mineira de Parcerias S.A., no cumprimento das disposições legais e estatutárias, submete ao exame e deliberação de V.S.s. o Relatório da Administração que destaca as principais ações desenvolvidas pela Empresa, as Demonstrações Contábeis acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, às quais se incorporam ainda o Parecer dos Auditores Independentes, bem como o do Conselho Fiscal, referentes à situação patrimonial e financeira da Empresa no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, elaboradas de forma não comparativa devido a sua criação ter ocorrido em 22 de julho de 2013.

1. RESULTADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS

A EMIP apurou no exercício de 2013, lucro líquido de R\$12.228 mil, sendo a sua única receita proveniente de aplicação no mercado financeiro de seu capital social integralizado, somando no exercício o montante de R\$18.526 mil.

2. GESTÃO EMPRESARIAL

2.1. Gestão de negócios

Em cumprimento ao seu objeto social, neste momento inicial, a Companhia vem atuando como mandatária do Estado de Minas Gerais em contratos de concessões e parcerias público-privadas, para isso

assumindo obrigações relacionadas às contraprestações pecuniárias ou de qualquer outra natureza no âmbito dos referidos contratos, que em 2013 somaram R\$123.476 mil.

2.2. Recursos Humanos

A Empresa se encontra em fase de implantação, para tanto, está utilizando da mão de obra dos empregados de sua controladora, até que se concretize a sua estruturação.

3. AUDITORIA INDEPENDENTE

A Administração cumpre esclarecer que a prestação de serviços por auditores independentes restringe-se exclusivamente à auditoria das demonstrações financeiras, não havendo a prestação de outros serviços.

4. AGRADECIMENTOS

A Administração da EMIP considera cumpridas as principais ações e metas propostas para o exercício de 2013, e agradece o apoio e a orientação recebidos de sua controladora MGI, da Secretaria de Estado de Fazenda, da Advocacia Geral do Estado, dos Conselhos de Administração e Fiscal, bem como destaca a competência e o profissionalismo de seus colaboradores, responsáveis pela consecução dos objetivos atingidos.

Belo Horizonte, 30 de abril de 2014.

A Administração.

Balanco Patrimonial				
Em 31 de dezembro de 2013 - (Em milhares de Reais)				
	Nota	2013		Nota
ATIVO			PASSIVO	
Títulos e Valores Mobiliários	4	15.696	Tributos a recolher	1.140
Tributos a recuperar	5	430	Juros sobre o capital próprio e dividendos a pagar	7,d
Total do ativo circulante		16.126	Total do passivo circulante	
			Patrimônio líquido	
			Capital social	7
			Reserva de lucros	9.324
			Total do patrimônio líquido	12.082
			Total do passivo e patrimônio líquido	16.126
Total do ativo		16.126		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Em 31 de dezembro de 2013				
(Em milhares de Reais)				
	Capital Social	Legal	Retenção de Lucros	Lucros Acumulados
Saldo em 31 de dezembro de 2012				Total
Integralização de capital	533.274	-	-	533.274
Reclassificação para Obrigação por Repasse - PPP	(530.516)	-	-	(530.516)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	12.228
Reserva legal	-	611	-	(611)
Dividendos obrigatórios distribuídos	-	-	-	(2.904)
Retenção de lucros	-	-	8.713	(8.713)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	2.758	611	8.713	12.082

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional
Em 2003, inspirado em experiências internacionais, o governo de Minas estabeleceu o Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas (PPP), com o objetivo de atrair investimentos privados em infraestrutura, por meio de relações contratuais de longo prazo. Para tanto, havia a necessidade de estabelecer mecanismos eficientes de regulação dos contratos.

Os primeiros parâmetros legais direcionados à regulação dos contratos de PPP no país foram aprovados em Minas Gerais em dezembro de 2003, por meio da Lei Estadual nº 14.868/03. Segundo esta lei, cabe ao ente privado contribuir com recursos financeiros, materiais e humanos sendo remunerado segundo o desempenho obtido nas atividades contratadas. Além de criar o Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas, a importância desta lei está na criação do ambiente institucional para a modelagem e implantação de contratos de PPP, uma vez que instituiu o Conselho Gestor de PPP e a Unidade de PPP como unidades integrantes da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico.

Após a consolidação institucional e o desenvolvimento dos estudos de modelagem de projetos específicos o Estado de Minas Gerais, visando o aperfeiçoamento do Programa Estadual de PPP's e aprimoramento do mecanismo de mobilização de recursos para o pagamento das contraprestações e oferecimento de garantias, o Estado, em 2011, por meio da Lei Estadual nº 19.968 de 26/12/2011, autoriza a MGI - Minas Gerais Participações S.A., pessoa jurídica de direito privado, organizada sob a forma de sociedade anônima, de capital aberto, controlada pelo Estado de Minas Gerais ("EMG"), vinculada à Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais ("SEF"), a constituir subsidiária, em conformidade com a Assembleia Geral Extraordinária em 08 de julho de 2013, com a finalidade de realizar operações estruturadas de mercado relacionadas com seus ativos.

Portanto, neste contexto, em 16 de julho de 2013, foi lavrada no cartório do décimo ofício de notas de Belo Horizonte, Livro 952 N, folha 1, a escritura pública de constituição de subsidiária integral da MGI, denominada EMIP - Empresa Mineira de Parcerias S.A. ("Companhia"), pessoa jurídica de direito privado, organizada sob a forma de sociedade anônima, de capital fechado, que possui como principais objetivos, conforme art. 3º do seu Estatuto Social:

- (a) titular, administrar e explorar os ativos integrantes de seu patrimônio;
- (b) estruturar e implementar operações com vistas à captação de recursos financeiros;
- (c) assumir obrigações e ser mandatária do Estado em relação às Parcerias Público-Privadas (PPP);
- (d) elaborar estudos técnicos com vistas às concessões e parcerias público-privadas;
- (e) auxiliar no desenvolvimento de projetos de infraestrutura podendo assumir obrigações;
- (f) prestar garantias;
- (g) celebrar contratos ou convênios de cooperação técnica com a administração direta e/ou terceiros, (h) participar ou constituir fundos, sociedades, consórcios e outras formas de investimentos ou empreendimentos voltados para o Estado e a qualquer tempo poderá receber ativos para a realização do seu objeto.

2 Base de Preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração, conforme deliberação de 17 de abril de 2014.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, como base de valor.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da empresa. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com o BR GAAP exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo serão aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios subsequentes dessas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que ocorreram. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reco-

nhecidos inicialmente na data da negociação na qual a empresa se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro é desreconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual. A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: contas a receber de clientes e outros créditos e títulos e valores mobiliários.

Títulos e valores mobiliários

Títulos e valores mobiliários abrangem saldos de aplicações financeiras de renda fixa e CDBs com rentabilidade diária e sem carência para resgate, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na quitação das obrigações de curto prazo. (veja nota 4).

ii. Passivos financeiros não derivativos

Todos os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Um passivo financeiro é baixado quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou liquidada. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: impostos a pagar, dividendos a pagar e obrigações por repasse. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

iii. Capital social

ações ordinárias

Ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, são classificadas como patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios foram creditados durante o exercício de competência.

b. Redução ao valor recuperável (impairment)

i. Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sob condições que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tendo sido ainda identificada.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e reconhecida no resultado.

c. Provisões

As provisões são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, quando é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e quando uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

d. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de aplicações em fundos e CDBs e rendimentos de títulos e valores mobiliários. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas de encargos financeiros incidentes sobre passivos e despesas bancárias diversas.

e. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente são calculados com base nas Alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anuais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

Demonstração de resultado abrangente Em 31 de dezembro de 2013
(Em milhares de Reais, exceto resultado por lote de mil ações)

	Nota	2013
Despesas administrativas		(12)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras		(12)
Receitas financeiras		18.526
Despesas financeiras		(5)
Recita (despesas) financeiras, líquidas	8	18.521
Resultado antes dos impostos		18.509
Impostos de renda		(4.615)
Contribuição social		(1.666)
	6	(6.281)
Resultado do exercício		12.228

Demonstração de resultado abrangente Em 31 de dezembro de 2013
(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2013
Resultado do exercício	12.228
Resultado abrangente total	12.228

Demonstração do fluxo de Caixa Em 31 de dezembro de 2013
(Em milhares de Reais)

	2013
Fluxo de caixa das atividades operacionais	12.228
Resultado do Exercício	12.228
Ajustes para:	
(Aumento)/Diminuição de títulos e valores mobiliários	(15.696)
(Aumento)/Diminuição de tributos a recuperar	(430)
(Aumento)/Diminuição de tributos a recolher	1.140
Caixa gerado nas atividades operacionais	(2.758)
Integralização de capital	2.758
Caixa proveniente de (usado em) atividades de financiamento	2.758
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	-
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	-
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	-
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

A despesa com imposto de renda e contribuição social corrente é reconhecida no resultado. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

f. Novas normas e interpretações ainda não adotadas.

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2014, e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada: IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros) (2010), IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros) (2009).

O IFRS 9 (2009) introduz novos requerimentos para classificação e mensuração de ativos financeiros. Sob o IFRS 9 (2009), ativos financeiros são classificados e mensurados baseado no modelo de negócio no qual eles são mantidos e as características de seus fluxos de caixa contratuais. O IFRS 9 (2010) introduz modificações adicionais em relação a passivos financeiros. O IASB atualmente tem um projeto ativo para realizar alterações limitadas aos requerimentos de classificação e mensuração do IFRS 9 e adicionar novos requerimentos para endereçar a perda por redução ao valor recuperável (impairment) de ativos financeiros e contabilidade de hedge.

O IFRS 9 (2010 e 2009) é efetivo para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015. A adoção do IFRS 9 (2010) ainda não foi avaliada pela Administração da Companhia.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a esta norma.

4 Títulos e valores Mobiliários

	2013
Títulos e valores mobiliários	15.696
Total	15.696

Os títulos e valores mobiliários da Companhia são representados por aplicações financeiras de liquidez e rentabilidade diárias, representadas por fundos de renda fixa e fundos atrelados a depósitos interbancários

	2013	ajuste	divulgado
ATIVO			
Títulos e valores mobiliários	422.736	(407.040)	15.696
Tributos a recuperar	430	-	430
Total do ativo circulante	423.166	(407.040)	16.126
Contas a receber de clientes - EMG	123.476	(123.476)	-
Total do ativo não circulante	123.476	(123.476)	-

	2013	ajuste	divulgado
Total do Ativo	546.642	(530.516)	16.126

10 Instrumentos financeiros

Gerenciamento de risco financeiro

a. Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito,
- Risco de liquidez,
- Risco de mercado,
- Risco operacional.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas informações trimestrais.

b. Estrutura do gerenciamento de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco. A assembleia de acionistas estabeleceu o Conselho Fiscal, o qual atua de acordo com a legislação.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A empresa, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

c. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia de incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, resultante da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros conforme apresentado abaixo.

d. Exposição a riscos de crédito

A exposição ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada crédito. O valor contábil dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito, com na data das informações trimestrais foi:

com desempenho próximo à taxa de juros do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"). Os Certificados de Depósito Bancário ("CDBs") são remunerados a aproximadamente 100% do CDI, podendo ser resgatados a qualquer tempo.

5 Tributos a recuperar

Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	2013
Total	430

A Companhia registrou, em 31 de dezembro de 2013, créditos de IRRF decorrentes de aplicações financeiras.

6 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia adota a apuração de IRPJ e CSLL com base no lucro real trimestral com recolhimentos trimestrais por estimativa. Os tributos definitivos são apurados ao término de cada trimestre.

Lucro antes dos impostos	2013
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	(2.904)
Base de cálculo para IRPJ	15.605
Total Imposto de renda e contribuição social	(6.281)
Taxa efetiva	40,25%

7 Patrimônio líquido

a. Capital Social

O Capital Social é de R\$533.274, totalmente subscrito e integralizado, representado por 615.039.667 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. Deste valor, de R\$530.516, efetuou a reclassificação para obrigações por repasse Parceria Público-Privada. A Companhia é subsidiária integral da MGI - Minas Gerais Participações S/A., portanto, detém 100% das ações da sociedade. Em 2013, reclassificou parte da subscrição do capital do Patrimônio Líquido para o Passivo não circulante, demonstrado na nota 09 e requerido pelo CPC 39.

	31/12/2013
Ações Ordinárias	Participação
Quantidade	%
MGI - Minas Gerais Participações S.A.	100,00
TOTALS	100,00

b. Reserva legal

A reserva legal foi constituída na base de 5% do lucro líquido de cada exercício estando limitada a 20% do capital, nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76.

c. Retenção de Lucros

O saldo remanescente do lucro gerado no exercício de 2013 foi reclassificado para Reserva de Retenção de lucros conforme disposição da lei 11.638/2007 tendo a destinação determinada pela Assembleia Geral Ordinária.

d. Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do período, ajustado na forma da lei.

	31/12/2013
Lucro Líquido	12.228
Reserva Legal	(611)
Base de Cálculo para dividendos	11.617
Dividendos Mínimos Obrigatórios (25%)	2.904
Dividendos Ordinários Propostos	2.904
Total de Dividendos Ordinários Propostos	2.904

8 Receitas e despesas financeiras

	31/12/2013
Receitas aplicações financeiras	18.526
Total	18.526

Despesas Financeiras

IOF	(4)
Outras despesas	(1)

Indexador CDI**31/12/2013**

Aplicações financeiras	15.696
Saldo líquido de exposição	15.696

h. Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa fixa

A Companhia não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data desse relatório não alteraria o resultado.

i. Gestão de capital

O objetivo da administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do mercado e credores e manter o desenvolvimento futuro do negócio.

Os recursos de caixa e equivalentes de caixa são aplicados somente em bancos de primeira linha, em fundos conservadores de liquidez imediata, geralmente atrelados a títulos públicos federais.

j. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação e buscar eficácia de custos para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- Cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- Documentação de controles e procedimentos;
- Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais en-

frontados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;

- Exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;
- Desenvolvimento de planos de contingência;
- Padrões éticos e comerciais.

11 Outros Assuntos

A Medida Provisória nº 627, de 11 de novembro de 2013, e a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.397, de 16 de setembro de 2013, trouxeram mudanças relevantes para as regras tributárias federais. Os dispositivos da Medida Provisória entrarão em vigor obrigatoriamente a partir do ano-calendário de 2015, sendo dada a opção de aplicação antecipada de seus dispositivos a partir do ano-calendário de 2014.

A Administração está avaliando se irá optar pela aplicação antecipada das disposições da MP no exercício de 2014, que pode eliminar potenciais efeitos tributários, especialmente relacionados com pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio.

Com base na análise inicial efetuada pela Administração, concluímos que não há distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio superiores aos apurados com observância dos métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Dessa forma, a Administração avalia que não haverá encargos tributários incrementais em relação à distribuição de lucros em relação aos últimos cinco anos.

Conselho de Administração

Leonardo Mauricio Colombini Lima - Presidente
Fernando Viana Cabral - Vice-presidente
Antônio Jorge de Souza Marques - Membro
Perácio Alves Salvador - Membro
José Orlando Silva e Santos - Membro
Sady da Cunha Pereira - Membro
Eduardo Antonio Codo Santos - Membro

Diretoria Executiva

Olimpio do Carmo Fernandes Júnior – Diretor Presidente
Marcos Siqueira Moraes – Diretor Executivo

Contador responsável

Flavio Augusto Sampaio Menezes - RC/MG 68.072/O-9

O Conselho Fiscal da EMIP - Empresa Mineira de Parcerias S.A., no uso de suas atribuições estatutárias, em reunião realizada nesta data, conheceu o Relatório Anual da Administração sobre as atividades sociais e os principais fatos administrativos do exercício, examinou as Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2013, compreendendo Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, e Demonstração dos Fluxos de Caixa, complementadas por Notas Explicativas. Após a análise dos documentos citados e considerando, também, o Parecer da KPMG Auditores Independentes, de 06 de maio de 2014, entendemos que as Demonstrações Contábeis representam, adequadamente, a posição patrimonial e financeira da Empresa, opinando favoravelmente à aprovação dos referidos

documentos pela Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas. Opina, ainda, este Conselho, favoravelmente à aprovação da proposta a ser encaminhada à Assembleia Geral dos Acionistas relativa à distribuição do lucro líquido do exercício, por meio da qual a Diretoria-Executiva da EMIP propôs a retenção, após a constituição da Reserva Legal, dos lucros apurados no exercício findo em 31/12/2013, no montante de R\$ 11.617 mil.

Belo Horizonte, 30 de abril de 2014.

Pedro Meneguetti
Hugo Márcio Lemos Teixeira
Paulo Roberto Menicucci
Maria Lioni de Oliveira
João Antônio de Souza

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da
EMIP – Empresa Mineira de Parcerias S.A.
Belo Horizonte - MG

Examinamos as demonstrações financeiras da EMIP – Empresa Mineira de Parcerias S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período compreendido entre 16 de julho de 2013 e 31 de dezembro de 2013, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção rele-

vante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EMIP – Empresa Mineira de Parcerias S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período compreendido entre 16 de julho de 2013 e 31 de dezembro de 2013, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

A Companhia iniciou suas atividades no exercício de 2013, logo não há valores correspondentes para fins de comparação.

Belo Horizonte, 06 de maio de 2014

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6
Antonio de Pádua Soares Pelicarp
Contador CRC MG 027739/O-3

